

Os urubus rondam

ESCÂNDALO A infundável disputa entre Gregório Marin Preciado, primo de Serra, e o Banco do Brasil por um terreno na Bahia

POR MÁRIO BITTENCOURT



Em Trancoso, um dos recantos preferidos dos abastados paulistanos na Bahia, estende-se uma área do tamanho de 112 campos de futebol, vegetação nativa da Mata Atlântica praticamente intacta e visão privilegiada às margens do Rio Verde. Em uma região na qual cada metro quadrado é negociado a peso de ouro, era de se esperar uma concorrência acirrada pelo terreno. Nada disso. Na segunda-feira 23, nenhuma viva alma apareceu no leilão público do imóvel, apesar da oferta atraente: valor mínimo de 30 milhões de reais por um pedaço de terra avaliado em 60 milhões. Nem por curiosidade.

Os hectares pertencem a um personagem misterioso, o empresário Gregório Marin Preciado, primo e antigo financiador de campanhas do senador tucano José Serra. Tão misterioso que, apesar de frequentar o noticiário político-policia com certa regularidade, é impossível encontrar uma foto sua recente.

O leilão é mais um capítulo de uma arastada novela, uma disputa judicial entre Preciado e o Banco do Brasil iniciada em 1995, quando a instituição financeira tentou cobrar um empréstimo de 2,5 milhões de dólares tomado pelo empresário em uma agência em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Dez anos depois, a dívida somava 28,2 milhões de

reais. O BB não revela o valor atual do mútuo. Alega segredo de Justiça.

O imóvel *sub judice* é, por si, parte de uma história obscura. Preciado adquiriu a área em 1989 de Moacyr Andrade, então cônsul de Portugal. Pagou um valor equivalente a 1 milhão de reais. Uma porção do terreno havia sido vendida a Andrade pelos irmãos Aloísio e Aguinaldo Martins, posseiros na região nos anos 1940. A posse dos 56 hectares da Fazenda Rio Verde, que integra a propriedade enviada a leilão, foi doada aos Martins em 1964, por meio de um contrato de aforamento emitido pela prefeitura de Porto Seguro. Três décadas depois, a doação seria anulada por fraude na



Lava Jato. Uma empresa de Preciado teria sido usada para encobrir o rastro da propina, aponta o MP. O inquérito de Pasadena entra em uma fase decisiva

documentação. Um ano antes, Preciado usara, porém, o imóvel como garantia no BB. O prazo de pagamento do financiamento era de dois anos, esgotado em 1995.

Enquanto o processo de cobrança tramitava em São Paulo, na Bahia os herdeiros dos irmãos Martins iniciavam uma disputa judicial para reaver os 56 hectares da fazenda. Em dezembro de 2006, o então governador Paulo Souto, no apagar das luzes de seu mandato, devolveu oficialmente a área aos filhos de Aginaldo.

Pelo desenrolar dos acontecimentos, o ato de Souto, filiado ao DEM, soa como uma maneira de encontrar um arranjo legal para resolver as pendências entre as partes. A nova doação estipulava um prazo de cinco anos para qualquer negociação. Quatro meses depois, os herdeiros aceitaram, contra as regras, revender a fazenda a Preciado, com quem disputavam o imóvel na Justiça. E o fizeram em troca de meros 270 mil reais. O empresário não esperou 365 dias para fazer um negócio melhor: repassar o terreno, incluídos os 56 hectares conhecidos como “Ilha do Urubu”, ao belga Philippe Gislain Meeus por 5 milhões.

Em 2015, uma herdeira de Aloísio Martins excluída da barganha, a índia pataxó Valdeilta Soares Martins dos Santos, da comunidade indígena Imbiriba, conseguiu anular a doação de Souto. Segundo a Justiça baiana, o terreno pertence, portanto, a Valdeilta Santos e não poderia ser levado a leilão.

Os tribunais paulistas consideram, no entanto, que os 112 hectares, incluída a “Ilha do Urubu”, integram o patrimônio de Preciado e são a garantia do



empréstimo nunca pago ao Banco do Brasil. “Faltou o BB ter entrado do lado de Gregório no processo contra os Martins. O que vai ter é mais confusão lá na frente”, declara Loredano Aleixo, advogado do empresário na disputa.

Preciado enfrenta outra pendência na Justiça, desta feita na esfera criminal. Na sexta-feira 27 venceu o prazo de defesa do empresário na investigação sobre o suposto pagamento de propina na compra pela Petrobras da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Segundo o Ministério Público Federal, uma empresa de Preciado, a Iberbras Integración de Negocios y Tecnología, serviu de fachada para o pagamento de propina na transação. Em 1º de setembro de 2006, a Astra Oil e a Petrobras assinaram o acordo por Pasadena. Em seguida, outro

denunciado, Alberto Feilhaber, ex-vice-presidente da Astra, e executivos da petroleira brasileira teriam forjado um contrato de consultoria com a Iberbras “para concluir” os repasses ilegais.

Em 10 de outubro, a Astra depositou 15 milhões de dólares na conta da empresa Iberbras no Caixa Bank, na Espanha, conforme indicam documentos obtidos durante a investigação.

Na ação, além de Preciado e Feilhaber, foram denunciados os operadores financeiros Raul e Jorge Davies, os ex-funcionários da Petrobras Luis Carlos Moreira, Carlos Roberto Martins Barbosa, Cezar de Souza Tavares, Rafael Mauro Comino, Agostilde Monaco de Carvalho e Aurélio Oliveira Telles, e o ex-senador Delcídio do Amaral.

De acordo com levantamento do Tribunal de Contas da União, a aquisição dos 50% da refinaria foi realizada por preço consideravelmente superior ao devido e acarretou prejuízos milionários para a estatal. “A compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras é mais um exemplo do poder devastador da corrupção e do quanto essa prática é nociva para a sociedade”, anotou na denúncia a procuradora Laura Gonçalves Tessler. •

O empresário também é acusado de intermediar o pagamento de propina na compra da refinaria de Pasadena